

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Alcenir João Ribas Garlet

ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL:
ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SEU HISTÓRICO E AS REFORMAS
EDUCACIONAIS

Santa Maria, RS
2022

Alcenir João Ribas Garlet

**ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: ALGUNS
APONTAMENTOS SOBRE SEU HISTÓRICO E AS REFORMAS EDUCACIONAIS**

Artigo apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito para a obtenção do título de **licenciado em Ciências Sociais**

Aprovado em 19 de fevereiro de 2022

**Leonice Aparecida de Fátima Alves Mourad, Dr^a, UFSM
(Presidente, Orientadora)**

Dejalma Cremonese, Dr, UFSM

Idiane Mânica Radaelli, Dr^a, UFFS/UNOESC

Santa Maria, RS, 2022

RESUMO

ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SEU HISTÓRICO E AS REFORMAS EDUCACIONAIS

AUTOR: Alcenir João Ribas Garlet¹

ORIENTADORA: Leonice Aparecida de Fátima Alves Mourad

Esse trabalho de pesquisa consiste em um artigo de revisão bibliográfica sobre a temática, fundamentado no contexto das reformas educacionais, em diversos períodos da história brasileira, culminando na conjuntura atual da reforma do ensino médio e as propostas da Base Nacional Comum Curricular. O objetivo central da pesquisa será identificar a trajetória da Sociologia na educação básica brasileira, bem como os momentos sócio-políticos, ocorridos através das reformas educacionais nacional. A metodologia utilizada foi a análise documental das diferentes fontes dos períodos estudados, com a utilização do método dedutivo como referencial teórico-metodológico, baseado no levantamento bibliográfico da literatura, com análise documental. Os resultados da análise foram alcançados por meio de metodologia de pesquisa de abordagem de natureza qualitativa; embasado em artigos que abordaram a temática, complementando com reforma do ensino médio e a BNCC a luz da Sociologia e seus impactos na educação. Pensar o processo histórico da Sociologia no Brasil, colaborou na compreensão da atual reforma do novo ensino médio, que está em processo de implementação nos estados, com o currículo baseado na BNCC. Para melhor compreensão da trajetória histórica da Sociologia no currículo do ensino básico de 1879-2021, com destaque para cinco períodos importantes, fundamentados nas reformas educacionais nacional, com as colaborações teóricas do sociólogo Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo, formado em Direito. Primeiro de 1879-1941, institucionalização da disciplina; segundo de 1942-1981, intermitência da disciplina no currículo; terceiro 1982-2007, reinserção gradativa da disciplina; quarto 2008-2017, obrigatoriedade nacional da disciplina; quinto 2017-2021, retirada da obrigatoriedade, considerado como um retrocesso.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Educação básica. Reforma educacional. Ensino médio. BNCC.

Abstract

This research work consists of a bibliographic review article on the subject, based on the context of educational reforms in different periods of Brazilian history, culminating in the current conjuncture of the reform of High School and the proposals of the National Common Curricular Base. The main objective of the research will be to identify the trajectory of Sociology in Brazilian basic education, as well as the socio-politicals moments, which occurred through the national educational reforms. The methodology used was the documental analysis of the different sources of the studied period, using the deductive method as a theoretical-methodological reference, based on the bibliographic survey of the literature, with document analysis. The results of the analysis were achieved through a qualitative approach research methodology; based on articles that addressed the theme, complementing with high school reform and the BNCC in the light of Sociology and its impacts on education.

¹ Graduado em Filosofia pela UFN e Teologia pela FAPAS. Graduando no Curso de Ciências Sociais- Licenciatura na UFSM
E-mail institucional: Alcenir.garlet@acad.ufsm.com e E-mail de uso diário: alcegarlet@yahoo.com.br

Thinking about the historical process of Sociology in Brazil, contributed to the understanding of the current reform of the New High School, which is in the process of being implemented in the states, with the curriculum based on the BNCC. For a better understanding of the historical trajectory of Sociology in the basic education curriculum from 1879-2021, highlighting five important periods, based on national educational reforms, with the theoretical collaborations of sociologist Florestan Fernandes and Fernando de Azevedo, graduated in Law. First, 1879-1941, institutionalization of the discipline; second, from 1942-1981, the intermittence of the discipline in the curriculum; third 1982-2007, gradual reinsertion of the discipline; fourth 2008-2017, national mandatory discipline; fifth 2017-2021, withdrawal of mandatory, considered as a setback.

Keywords: Teaching Sociology. Basic education. Educational reforms. High School Reform. BNCC

Introdução

O presente artigo científico, oferece uma síntese dos frutos da pesquisa, com a temática sobre a trajetória histórica do ensino da Sociologia a nível nacional, destacando os períodos de ausência, presença obrigatória e optativa no currículo escolar. O principal objetivo é refletir sobre as reformas educacionais e a BNCC², dando ênfase sobre o lugar da Sociologia, a partir das mudanças atuais que estão sendo implementadas no novo ensino médio “Tais mudanças se expressam na recente reforma do ensino médio, delineada na Lei nº 13.415/2017 e na proposta de uma nova Base Nacional Comum Curricular” (BRUM, 2019, p. 188). A reforma foi imposta sem debates, através de uma Medida Provisória, causando muitas incertezas e dúvidas, gerando muitos questionamentos, embates e diálogos da parte dos profissionais da educação.

Na pesquisa focar-se-á sobre a trajetória histórica do ensino de Sociologia no Brasil, nos tempos remotos e recentes, com seus desafios e incertezas nesse cenário atual de implementação da BNCC no novo ensino médio. O propósito desse artigo é fazer um levantamento bibliográfico de várias publicações referente a temática, focando em aspectos históricos da Sociologia no currículo do ensino médio brasileiro, no período de outubro/2021 a janeiro/2022. A finalidade da abordagem de aspectos sobre a história do ensino de Sociologia é contribuir para o debate, sobre a importância da disciplina na educação básica estadual, refletindo sobre os impactos da reforma atual do novo ensino médio, baseado na BNCC.

² BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2021.

O problema que a pesquisa pretende responder é sobre aspectos históricos da Sociologia no ensino brasileiro; as reformas ocorridas, principalmente nos períodos de ausência, presença obrigatória ou optativa. A pergunta que irá nortear os esclarecimentos sobre os rumos da pesquisa será: Quais as motivações para a trajetória intermitente da oferta da Sociologia na educação básica no Brasil? Para pensar essa questão da implantação ou retirada do currículo ao longo da história, desde o fim do século XIX, foi necessário a coleta de dados, realizando comparações sobre as reformas educacionais e seus impactos no ensino básico brasileiro.

O vínculo da Sociologia com a educação básica está relacionado com vários fatores sociais, políticos e ideológicos de cada época, que foi integrada ou retirada da grade curricular. Esse processo de intermitência na educação básica é influenciado por ideologias políticas e econômicas; por isso a Sociologia, em todas as reformas educacionais teve impactos positivos ou negativos “De alguma forma, o currículo reflete o conflito entre interesses em uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos” (SACRISTÁN, 2000, p. 17). No início da sua inserção como disciplina, os conteúdos eram elaborados através de manuais que eram escritos por responsáveis por outras disciplinas, principalmente do Direito, com destaque para Fernando de Azevedo. Nessa iniciativa, a luta pelo reconhecimento da disciplina na educação é representada por Florestan Fernandes, tais autores serão norteadores no desenvolvimento do artigo.

A trajetória do ensino de Sociologia escolar no Brasil baseada nas reformas educacionais (1879-2021)

A contextualização da trajetória histórica da presença da Sociologia no Brasil, ajudará na compreensão da atual reforma do novo ensino médio, por esse motivo é importante recuperar algumas questões, que estão relacionadas à história das reformas educacionais. Essa preocupação foi colocada por Simone, em uma entrevista realizada pela Revista Café com Sociologia, alegando “No que tange aos estudos da história do ensino da Sociologia, eu acredito que um dos grandes desafios será compreender as diversas experiências de ensino da Sociologia ao longo do século XX no Brasil” (MEUCCI, 2013, p. 88). Essa volta ao passado servirá para a compreensão do que está acontecendo atualmente, por isso a importância da compreensão da trajetória do ensino de Sociologia na educação básica brasileira.

Segundo Ceres, “As idas e vindas da Sociologia nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio constituem-se em um amplo objeto de estudos e em um programa de

investigações ainda em fase de estruturação no campo de pesquisas da educação e das Ciências Sociais (SILVA, 2010, p. 23)” (BRUM, 2019, p.193-4). Antes de ter os primeiros cursos de Ciências Sociais no ensino superior, o que ocorre somente na década de 1930, já existia a perspectiva de estudar a Sociologia no ensino secundário.

A Sociologia surge de forma obrigatória no currículo brasileiro a partir de 1925, com o objetivo de os estudantes entenderem a realidade social; época de vários acontecimentos no campo político e social com elevado índice de analfabetos. Segundo Simone, socióloga da UFPR, existia “pouco mais de 100 mil estudantes em meio a uma população total de cerca de 30 milhões de habitantes em que 70% eram analfabetos” (MEUCCI, 2015. p. 252). Nesse momento surge a Sociologia, com a função de entender a realidade social brasileira, para estudantes que faziam parte da elite da sociedade brasileira.

A Sociologia na educação, foi uma das importantes bandeiras defendidas pelo sociólogo Florestan Fernandes³, importante para a compreensão do processo histórico, que começou a ser debatido nos meados do século XX. Segundo o autor “Esta seria a solução ideal, tendo-se em vista que o ensino das Ciências Sociais na escola secundária brasileira se justifica como um fator consciente ou racional de progresso social” (FERNANDES, 1978, p. 118 Apud. ALMEIDA, 2016, p. 20). Considerado um dos pioneiros na luta para a inserção sociológica no ensino escolar brasileiro, com objetivo do desenvolvimento do Brasil e uma revolução educacional e democrática, incluindo debates e reflexões da Sociologia na escola.

Destaca-se neste artigo alguns autores importantes na defesa da Sociologia, entre os quais o sociólogo Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo formado em Direito em São Paulo. Azevedo, motivado pelo movimento educacional Escola Nova⁴, sua participação foi ativa no desenvolvimento inicial da universidade nacional. Para melhor compreensão da temática, na sequência destacar-se-á os cinco períodos identificados na pesquisa; os quais servem para uma melhor compreensão da intermitência da disciplina na educação básica e as influências políticas e ideológicas em cada período estudado.

³ Patrono da Sociologia Brasileira. Lei Nº 11.325, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/L11325.htm>. Acesso em: 19 de dez.2021.

⁴ MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Escola Nova. Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. SP: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/escola-nova/>>. Acesso em: 22 jan 2022.

***Primeiro Período- A institucionalização da Sociologia no Ensino Básico
(1879-1941)***

Foram várias tentativas de inserção da Sociologia no ensino brasileiro, por intelectuais e políticos, segundo (RÊSES, 2004, p. 15). Ruy Barbosa foi o mais conhecido entre os intelectuais que lutaram para a presença da Sociologia “os pareceres de Rui Barbosa têm importância relativa como um marco na história do ensino de Sociologia na escola secundária brasileira” (MORAES, 2011, p.361). Formulou pareceres da reforma do ensino, já no início do Período Imperial, que contrapõem as reformas educacionais de Leôncio de Carvalho Decreto 7.247⁵, considerado liberal e conservador, com a defesa do ensino de Sociologia no Brasil. De acordo com Rêses (2004, p. 16), em relação ao desejo de ensinar Sociologia no Brasil, Barbosa foi um dos pioneiros,

Durante o Império, em 1882, Rui Barbosa enquanto deputado, apresentou um projeto que versava sobre a reestruturação do ensino. Nele constava a primeira proposta de inclusão da Sociologia no curso secundário. Ele propôs a existência de “Elementos de Sociologia” no ensino secundário, precedida pelas disciplinas “Noções de Economia Política” e “Noções da Vida Social” no primário.

Foram importantes algumas iniciativas de intelectuais brasileiros, entre os quais, Benjamin Constant em 1890, Decreto nº 981⁶, mas antes podemos destacar Ruy Barbosa, apesar de sua proposta na época não ter sido lida, na trajetória histórica da Sociologia no Brasil, foi o primeiro incentivador do ensino escolar da Sociologia. Entre 1882-1883, defendeu a presença da Sociologia na educação; já no final do Império, deveria estar presente nas três modalidades de ensino, compostas pelo ensino normal, secundário e superior representado pelas Faculdades de Direito (MACHADO, 1987, p. 117). Em meados de 1882 surgem as primeiras iniciativas da presença da disciplina de Sociologia no Brasil, motivadas pelas propostas de Ruy Barbosa “durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca, nos primeiros anos da República” (MORAES, 2011, p. 361). Nesse período existia a perspectiva da presença da Sociologia no ensino, com a justificativa de ser obrigatória, relevante para a formação dos alunos. Segundo Simone surge:

⁵ Reforma do ensino primário e secundário. Decreto Nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/-547933-62862-pe.html>>. Acesso em: 15 de dez.2021.

⁶ Reforma de Benjamin Constant- Decreto nº 981, de 8 de Novembro de 1890 - Publicação Original Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/pe.html>>. Acesso em: 15 de dez.2021.

(...) pela primeira vez, a tentativa de discutir, de modo mais ou menos sistemático, o desenvolvimento da sociologia entre nós. Com efeito, nesta década, fora apresentada, por Ruy Barbosa, a primeira proposta formal de institucionalização da sociologia no meio acadêmico brasileiro. (MEUCCI, 2000, p. 21).

O país era agrário e considerado atrasado; o objetivo da reforma educacional, na época da primeira república, era a evolução e a modernidade. Não obstante o objetivo, este não concretizou na prática, mas serviu para efetivar o ensino de Sociologia e as iniciativas de algumas reformas estaduais nesse mesmo período. Depois desse parecer de Ruy Barbosa, temos a Reforma de Benjamin Constant “apresenta novamente a Sociologia como uma matéria a ser ofertada, agora no último ano secundário, onde seu nome seria ‘Sociologia e Moral’” (JUNGES, 2021, p. 06). Sua inspiração são as ideias positivistas e evolucionistas, uma forma de buscar a evolução da sociedade brasileira, gerando transformações para o Brasil, que no período a população em sua maioria vivia no campo.

Segundo a proposta do Ministro da Educação e Saúde, Benjamin Constant em 1891 “fez um plano nacional para a educação, que previa o ensino de Sociologia em todas as escolas de ensino médio da época. Infelizmente, acabou falecendo apenas seis meses depois de tomar posse como ministro e não implementou seu plano” (CARVALHO, 2008, p.118). No mesmo período, a Sociologia era ministrada na formação de militares, além da escola secundária e curso de Direito, com a disciplina Elementos de Sociologia, Segundo o sociólogo Cristiano, grande pesquisador da temática, destaca a primeira presença da Sociologia no Brasil na Faculdade de Letras em 1881, com estudos sobre “Princípios de Sociologia”, depois na curso de Direito em 1886 em Recife, salienta (BODART, fev. 2022)

Em 1890 estava presente, sob a nomenclatura “Sociologia e Moral Theorica e pratica” na Faculdade de Medicina dos Estados Unidos do Brasil, o que é hoje a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assim, tudo indica que a Sociologia apareceu pela primeira vez no curso superior da Faculdade de Letras, em 1881 e nela ofertada em 1883.

Período que a educação era comandada por Benjamim Constant, por ser um grande positivista, as justificativas por ele apresentadas, embasavam-se nos textos de Augusto Comte (MACHADO, 1987, p. 117). Nas escolas do Exército, a disciplina era obrigatória, conhecida como Sociologia e Moral, baseada na Reforma de 1890. Não teve sequência pelo Parlamento “Dessa vez, embora aprovada, não foi implementada e, com as mudanças de 1897, a disciplina desapareceu dos currículos do ensino ginásial e secundário SILVA, 2010, p. 19-20” (LEITE; MARTINS; CORROCHANO; SILVA, 2018, p.125). Esse abandono da Sociologia

foi consolidado na reforma educacional de Eptácio Pessoa no Decreto nº 3.890/01⁷, que retirou a Sociologia do currículo, sem que ela nunca tivesse sido ofertada (SANTOS, 2002, p.30).

Essa tentativa não se consolidou no início da República brasileira em 1891, mas passa a estar inserida no ensino secundário de fato a partir de 1925. O ensino de Sociologia iniciou no Brasil pela educação básica em 1925, por meio da Reforma João Luiz Alves, no Decreto Nº 16.782 A⁸, a “Sociologia torna-se obrigatória nos anos finais dos cursos preparatórios” (MORAES, 2011, p.361). Reforma promovida pelo Ministro Rocha Vaz, com o objetivo de ampliar educação nacional; beneficiou a Sociologia escolar no 6º ano do ginásio, no ensino secundário.

Eram poucos alunos que completavam essa etapa de ensino. Conhecido como propedêutico para o ensino superior, somente quem iria continuar com a carreira universitária tinha o privilégio de conhecimentos sociológicos “foi concebida durante o governo talvez mais autoritário da chamada República Velha, o de Arthur Bernardes” (MORAES, 2011, p.362). Conforme os registros históricos a Sociologia fez parte da formação no 6º ano, para quem tinha o interesse de bacharel em Ciências e Letras, também para todos os cursos complementares que precisariam ser feitos para entrar na universidade “nesse nível de ensino, a cadeira era, na época, um privilégio das elites” (BODART, CIGALES, 2021, p.127). Os alunos que completavam o 5º ano recebiam certificado de conclusão do ensino secundário.

A implementação da disciplina da sociologia nos seus primórdios, ocorreu somente na capital federal, em 1939, foi oficialmente regulamentada pelo Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Conforme Azevedo em seu livro Dicionário de Sociologia (1974 apud GUELF, 2001, p. 60) salienta,

A introdução do ensino de Sociologia que remonta a 1925-1928 nesse colégio foi ministrada a primeira disciplina de Sociologia, que esteve a cargo de C. Delgado de Carvalho e, em 1928, mais duas, uma, na Escola Normal do Distrito Federal, por iniciativa de Fernando de Azevedo, e outra, na Escola Normal de Recife, por inspiração de Gilberto Freyre e proposta de Carneiro Leão.

Importante destacar que tal artigo salienta as reformas educacionais a nível nacional, as reformas estaduais⁹ não são objeto de estudo dessa pesquisa. Logo, após à reforma de 1925,

⁷ Reforma Eptácio Pessoa- Decreto nº 3.890, de 1º de Janeiro de 1901 - Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 de dez.2021.

⁸ Reforma João Luiz Alves (conhecida por Lei Rocha Vaz) Decreto Nº 16.782 A – de 13 de janeiro de 1925. Disponível em: <<file:///D:/Usu%C3%A1rio/Acer/Downloads/29024-112173-1-PB.pdf>>. Acesso em: 03 de dez.2021.

⁹ Segundo Simone de 1925-1927, foram realizada dezenas de reformas no âmbito estadual, ela destaca algumas; “Sampaio Dória em São Paulo (1920), Lourenço Filho no Ceará (1922), Anísio Teixeira na Bahia (1924), José Augusto Bezerra de Menezes no Rio Grande do Norte (1925), Francisco Campos em Minas Gerais (1927), Fernando de Azevedo no Distrito

em 1931 é realizada a Reforma comandada por Francisco Campos¹⁰; nesse período de 1925-1931, tem-se a primeira proposta da presença obrigatória da disciplina de Sociologia no currículo nacional. O objetivo era completar as disciplinas preparatórias para o acesso ao ensino superior, época que a legislação federal não interferia nos currículos estaduais. Realizada no Colégio Pedro II, que na época era considerado um colégio referência para o Brasil, causando um efeito cascata, servindo de modelo para outras escolas implantar a Sociologia no ensino médio.

A reforma conhecida como Reforma Francisco Campos, expande para o território nacional, tudo aquilo que existia e era obrigatório para o ensino secundário dentro do Rio de Janeiro, fortaleceu a Sociologia que foi ampliada para outros colégios do País. Segundo Wanirley, destaca-se a presença da Sociologia em vários cursos na época “a Sociologia como disciplina escolar foi incluída nas séries que preparavam os alunos que pretendiam ingressar no ensino superior nos cursos de: medicina, odontologia, farmácia, engenharia, arquitetura e direito” (GUELFY, 2001, resumo ix). Antes disso não existia curso de Ciências Sociais, mas a disciplina pertencia a outros currículos. Esses estudantes tiveram contato com os conteúdos da Sociologia, principalmente os formados no curso de Direito, acabavam lecionando a disciplina de Sociologia.

Os principais intelectuais que escreveram os manuais do ensino de Sociologia, na década de 1930, eram formados em direito. Pode-se destacar Fernando de Azevedo, o qual também foi professor de Sociologia (CIGALES; ENGERROFF, 2016, Resumo). Participou de diversas pesquisas, análises e reconstrução dos conteúdos sociológicos. Salienta que “livros destinados ao ensino de uma ciência complexa, como a sociologia, e ainda em formação” (AZEVEDO, 1935, p.21-23, apud GUELFY, 2001, p.19). Azevedo foi um importante militante da Sociologia, responsável pela criação do primeiro curso de formação de professores no Brasil, na USP em 1934. Conforme Enno Filho (LIEDKE, 2005, p, 382),

A institucionalização acadêmica da Sociologia no Brasil ocorreu em meados da década de 1930, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e com a criação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1934).

Federal (1928), Lysimaco da Costa no Paraná (1927). Todas procuravam igualmente dar conta das demandas da sociedade nascente” (MEUCCI, 2007, p.455).

¹⁰ Reforma Francisco Campos- Decreto Nº 19.890, de 18 de abril de 1931 - Publicação Original. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/141245-pe.html>>. Acesso em: 03 de dez.2021.

O ano de 1933 foi o mais importante para o ensino de Sociologia no currículo brasileiro. Foi inserida nas Escolas Normais, serviram para formação de educadores para o ensino, (metade do século XIX e século XX), no estado de São Paulo a disciplina de Sociologia nos cursos de formação profissional de professores. Segundo Fernando, destaca-se que em 1934 foram criados “novos cursos de Sociologia, na Escola Livre de Sociologia e Política – instituição particular fundada em São Paulo, por essa mesma época, e onde sempre teve grande destaque o ensino dessa matéria” (1974, Prefácio. apud GUELFY, 2001, p.60-1). Azevedo também participou de forma ativa em diversas manifestações nos anos 1930 e 1940, relacionadas à educação brasileira. Sua participação é muito importante no processo da educação pública e laica no Brasil. Ocupou cargos nas Secretarias de Educação; dedicou boa parte de seu trabalho para a área da Sociologia.

Segundo os pesquisadores: Brumetta, Bodart e Cigales, sociólogos que elaboraram em 2020 o “Dicionário do Ensino de Sociologia”, salientam a importância na educação brasileira de Fernando de Azevedo, juntamente com Alceu Amoroso Lima “Destacam-se na estruturação da Sociologia da Educação no Brasil Fernando de Azevedo e Alceu Amoroso Lima, empregando a teoria de Durkheim para analisar a educação nacional” (2020, p.391). Azevedo escreveu dois livros, um sobre os Princípios da Sociologia, outro sobre Sociologia Educacional, obras voltadas para a educação que trazem conceitos da Sociologia com viés positivista. No período a Sociologia estava passando por um processo de institucionalização; Azevedo foi responsável por obras de muita relevância na Sociologia. Seu foco era a Educação Nova¹¹, que reuniu vários intelectuais da época de 1932, criando o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que tinha como perspectiva contestar o ensino católico, principalmente a Sociologia católica, segundo Marcelo em sua tese de doutorado:

Destaca-se que o período é marcado pela constituição do campo educacional brasileiro, concomitante ao processo de introdução do ensino de sociologia nos níveis secundário, normal e superior, resultando na disputa entre intelectuais católicos e liberais em relação às diretrizes educacionais. (CIGALES, 2019, resumo).

A ideia foi sugerir uma educação nova, onde os intelectuais laicos estivessem presentes, reivindicando a educação pública gratuita; fato que gerou conflitos com os interesses católicos. Fernando de Azevedo, nos seus livros ‘Princípios da Sociologia’, e ‘Introdução da Sociologia Geral’ “não pretende mais que iniciar e orientar os estudantes nessa nova ciência e

¹¹ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros>>. Acesso em: 20 de jan.2022.

fornecer aos professores uma fonte segura de informações” (AZEVEDO,1935, p.21, Apud. GUELF, 2001, p.109). Azevedo foi o grande sistematizador da ciência sociológica e no combate da Sociologia conservadora da igreja católica. Sua contribuição não foi somente para a Sociologia, mas para educação brasileira.

Segundo Período- A ausência da Sociologia no Ensino Básico como disciplina obrigatória (1942-1981)

A Sociologia fica presente no currículo de 1925 a 1942, quando surge a nova reforma conhecida como Capanema, Lei Nº 4.244¹², inserida dentro da lógica do Estado Novo¹³, que defendia um Ensino Médio profissionalizante. Retirando a Sociologia da obrigatoriedade do curso normal, priorizando a educação voltada para o mercado de trabalho, sem acesso ao ensino superior. Nesse contexto, o ensino de Sociologia foi excluído, efetivando-se com maior amplitude entre 1925, com a reforma educacional de João Luiz Alves e Rocha Vaz, até 1942, já no governo Vargas. Na reforma Capanema, surge a primeira Lei de Diretrizes de Base (LDB 4.024/1961)¹⁴, a qual dividiu a educação em três níveis: primário, colegial e universitário.

Existia uma grande expectativa, por parte dos intelectuais da época, que a Sociologia pudesse ser uma disciplina obrigatória, fato que não aconteceu. A Sociologia foi colocada entre as disciplinas optativas e a decisão de incluí-la na grade curricular era de responsabilidade de cada estado “A obrigatoriedade do ensino da Sociologia na escola secundária sofreu sua primeira interrupção com a Reforma Capanema (de 9 de abril de 1942), que manteve a sua obrigatoriedade só no curso normal” (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.321).

Esse período foi um dos mais marcantes na identidade do ensino de Sociologia no Brasil, dando início à intermitência, “fica-se com a impressão de que o caráter da exclusão da Sociologia do currículo secundário atendia a razões ideológicas” (MORAES, 2011, p.364). Com a elaboração do primeiro currículo do ensino secundário, pelo Conselho Federal de Educação e o Ministério da Educação, onde é relatado uma lista de disciplinas obrigatórias,

¹² Reforma Capanema. Decreto- Lei Nº 4.244, de 9 de abril de 1942 -Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/pe.html>>. Acesso em: 18 de dez. 2021.

¹³ Estado Novo (1937 - 1945): Era Vargas. A constituição de 1937 é conhecida por “Constituição Polaca”. Texto publicado por Rainer Sousa, Mestre em História. Disponível em:<<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/era-vargas-estado-novo.htm>>. Acesso em: 23 de jan. 2022.

¹⁴ Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, 4.024 de 20 de dezembro de 1961, aprovada pelo presidente João Goulart. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

complementares e optativas. O Plano Nacional de Educação baseado na LDB aprovado em 1961 “após 13 anos de discussão no Congresso, instituiu uma reforma curricular que define um conjunto de disciplinas obrigatórias e outras optativas, ficando a Sociologia com status de optativa, entre tantas mais do curso secundário” (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.322).

Nesse contexto histórico, um dos principais intelectuais que lutou para o reconhecimento da Sociologia foi Florestan Fernandes, sociólogo e político, organizou o Primeiro Congresso de Sociologia em 1954, defendia que a Sociologia devia ser ensinada no ensino secundário. A falta de legitimidade é uma questão que está presente em toda a trajetória histórica do ensino de Sociologia no Brasil; era um debate que estava presente no primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia:

O tema sobre o ensino de Sociologia esteve presente no 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), tendo sido abordado no discurso de abertura por Florestan Fernandes e no de encerramento por Fernando de Azevedo (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.328).

Depois desse Congresso dos sociólogos, até os dias atuais, surgiram os debates sobre os conteúdos a serem ensinados na disciplina, com vários estudos científicos após 1990. Em 1984, teve a criação da Universidade de São Paulo, a Escola de Sociologia e Política um ano antes, mais tarde a criação da Pós-graduação que vai ocorrer na Escola de Sociologia e Política. A partir dos anos 1940, de forma mais ampla, com a Reforma Universitária, através da Lei Nº 5.540/68¹⁵, que fortaleceu o curso de Ciências Sociais no Brasil. As iniciativas de Florestan Fernandes foram importantes para o ingresso da Sociologia no ensino superior, escreveu dois manuais: Ensino de Sociologia em 1935, e Sociologia Educacional em 1940. Tornou-se uma figura importante no processo de institucionalização do ensino de Sociologia como ciência no Brasil.

Conforme Florestan em sua coletânea: “Elementos da Sociologia Teórica”, defende o ensino escolar de Sociologia para combater as disputas ideológicas (1974 apud ALMEIDA, 2016, p. 41) “trata-se da introdução da sociologia em nosso sistema educacional e do ajustamento da orientação pedagógica à natureza específica dessa ciência”. No período de 1942 até os anos 1980, a Sociologia passou a ser uma disciplina optativa, deixando claro que não foi o período da Ditadura Militar que exclui a Sociologia, pois ela estava excluída desde

¹⁵ Reforma Universitária- Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-pl.html>>. Acesso em: 14 de dez. 2021.

1942. Em 1964, temos o início do Regime Militar, a Sociologia era optativa, mas a associação errônea da Sociologia com socialismo, relacionada com comunismo gerou várias confusões “1971-1982, a disciplina, embora optativa, apresenta dificuldade para ser incluída, por conta do preconceito reinante em que se confundia sociologia com socialismo” (AMAURY, 2003 p. 07). Outro fato que colaborou para a retirada obrigatória da disciplina no currículo foram as disputas entre as correntes do positivismo, liberalismo e também do catolicismo.

Em 1971, com a Reforma Jarbas Passarinho¹⁶, com a promulgação da Lei Educacional, definiu que a Sociologia e a Filosofia eram optativas, poderia ou não ser inserida na grade curricular. Essa reforma focalizada na educação profissionalizante, semelhante a proposta do novo ensino médio que estamos em processo de implementação “amplia a carga horária dos alunos e permite que eles próprios escolham uma parte das disciplinas que vão cursar” (BELTRÃO, 2017). Era um novo modelo de educação integrado aos setores de produção. Tinha como objetivo uma profissionalização forçada, foi ineficaz e fracassou, fato que gerou uma nova reforma educacional em 1982.

A prioridade na reforma anterior de Capanema era a educação profissionalizante, por este motivo foi criada a Lei¹⁷ de Diretrizes de Bases (LDB); “visava modificar a estrutura proposta pela Reforma Capanema, focando no ensino que fornecesse uma profissão; logo, o ensino de Sociologia é abolido do sistema de educação” (JUNGES, 2021, p.07). Nos anos 70 existia uma pedagogia tecnicista¹⁸, tal fator excluía as disciplinas de ciências humanas, as escolas acabavam não optando, porque a orientação era que o ensino médio fosse um ensino técnico formador de profissionais para o mercado de trabalho.

A Reforma Capanema, oficializa o dualismo na educação, que é ensino propedêutico, voltado para a formação das elites e o ensino profissionalizante formador de mão-de-obra técnica. A Sociologia após a Reforma de Capanema fica ausente do currículo, o foco era a educação profissionalizante, segundo Amurabi, no artigo: “Em que a Sociologia pode contribuir para a educação e tecnologia?”

¹⁶ Reforma Jarbas Passarinho 1971- Agência Senado- Tatiana Beltrão,. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>>. Acesso em: 17 de dez. 2021.

¹⁷ LDB- LEI Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752_publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

¹⁸ Qual é o objetivo da pedagogia tecnicista? Disponível em: <<https://treinamento24.com/library/read/172892a>>. Acesso em: 21 de dez. 2022.

é proposta a profissionalização compulsória do Ensino Médio no Brasil, que se vinculava ao alinhamento das políticas educacionais com os interesses internacionais que emergiam nesse momento, bem como havia naquele momento os interesses das elites nacionais associadas ao capital internacional (OLIVEIRA, 2013a, p.167)

Ensino escolar da Sociologia serviu para combater as ideologias causadas por forças políticas, segundo Florestan, em seu livro “Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada”,

É sabido que o exercício do poder político por pequenos grupos ou por minorias, tiranicamente ou não, contra a vontade da maioria, é possível onde os controles pessoais da vida pública são insuficientemente desenvolvidos ou têm sua atuação frustrada por meio da violência, da coação ou da corrupção. (FERNANDES, 1960a, p. 300 apud ALMEIDA, 2016, p. 25).

A educação escolar defendida pelo sociólogo é um direito democrático fundamental para combater a concepção elitista de educação das classes conservadoras. Segundo os pesquisadores sociólogos que elaboraram o dicionário do Ensino de Sociologia, salientam que os conteúdos de Sociologia estiveram presentes no currículo escolar, nas disciplinas de Organização Social e Política Brasileira, a OSPB¹⁹, esteve presente no currículo escolar por 30 anos, de 1963-1993, a Educação Moral e Cívica a EMC²⁰, surge no governo da Ditadura Militar em 1969, é excluída do currículo também em 1993. Nessas duas disciplinas os professores eram sociólogos,

O principal campo de atuação dos egressos das licenciaturas em Ciências Sociais. Concomitante a esse processo, ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980 um crescimento expressivo dos cursos de Ciências Sociais no Brasil, o que fora impactado principalmente pela Reforma Universitária de 1968 (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.150)

O objetivo das disciplinas, acima citadas, principalmente no período do governo militar, era pedagógico e ideológico; juntas aboliram a Sociologia e a Filosofia, “jogando fora séculos de reflexões, no caso da filosofia, e, pelo menos, cento e cinquenta anos de Sociologia e Antropologia” (CIGALES; BODART, 2020. p. 413). Sabemos que as disciplinas de OSPB e EMC tiveram papel fundamental para a organização social e política; ocupavam espaços na área das ciências humanas e nos currículos da educação básica. Sua principal característica era a transmissão da ideologia em favor do Regime Militar, exaltando o nacionalismo e o

¹⁹ Inclusão da Educação Moral e Cívica. Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/pe.html>>. Acesso em: 18 de dez. 2021.

²⁰ Resolução nº. 8 de 1º de dez. de 1971. Parecer nº. 853/71 Fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. Disciplina que fazia parte da área de Estudos Sociais com a Geografia e a História. Visava o conhecimento do Brasil na perspectiva de seu desenvolvimento. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pt>>. Acesso em: 15 de dez. 2021.

civismo, visavam formar dentro dos padrões determinados pelas ideologias políticas. Provavelmente os conteúdos de Sociologia estavam presentes nas aulas de OSPB e EMC, serviram para superar as explicações religiosas sobre o funcionamento do mundo social.

***Terceiro Período- Reinscrição gradativa da Sociologia no Ensino Médio
(1982-2007)***

A Lei nº 7.044/82²¹, que altera a lei anterior, referente à educação profissionalizante e abre a possibilidade de humanizar o currículo. Surgiram os movimentos para introdução da Sociologia, a primeira experiência foi realizada em São Paulo, servindo como modelo para expansão em outros estados. Segundo Machado (1987, p.115), “a Sociologia ganhou impulso a partir da Lei 7044/82 [com] as transformações mais gerais da sociedade brasileira, de suas relações com o Estado e das lutas empreendidas pela categoria dos cientistas sociais, ao lado dos psicólogos, filósofos e educadores”. A partir de 1982 até 2008, foram 23 anos de período democrático com intensas lutas e debates para a reintrodução da Sociologia no currículo.

Nesse sentido surgiu a possibilidade de a Sociologia retornar para o currículo do ensino médio. O presidente João Figueiredo através da Lei nº 6.888/80²², aprovou o dia 10 de dezembro em homenagem à profissão do sociólogo. Por ser o último presidente do período militar, podemos destacar que a ausência da disciplina de Sociologia no contexto educacional nacional, não se justifica os motivos ideológicos e políticos de governos autoritários. O país estava em processo de abertura para a redemocratização, época que vários estados realizaram suas reformas curriculares, colocando Sociologia de forma optativa. Período da reinscrição gradativa da Sociologia no ensino médio, “De fato, os anos de 1980 marcam o retorno da Sociologia à escola secundária, ou seja, quatro décadas depois de sua efetiva exclusão do currículo” (MORAES, 2011, p.367).

Em consonância mais tarde com a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96²³, destacando o ensino de Sociologia e Filosofia relevantes para o exercício da cidadania, voltadas para o pensamento crítico, dentro do contexto de debates da redemocratização, definindo que o ensino médio é um direito de todos os cidadãos brasileiros.

²¹ Profissionalização do ensino de 2º grau- Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982 - Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lpl.html>>. Acesso em: 14 de dez. 2021.

²² Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos LEI Nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l6888.htm>. Acesso em: 13 de dez. 2021.

²³ Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 18 de dez. 2021.

No Artigo 36, inciso III, dessa LDB/96 destaca no currículo do ensino médio a importância da disciplina de Sociologia para os educandos “[...] domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Foi revogado através da Lei nº 11.684, de 2008, gerando muitas críticas e lutas para o reconhecimento de sua importância.

Segundo Amaury, as associações com representações nacionais que lutaram para o retorno da Sociologia na educação básica, foram a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (AMPOCS) e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) que era membro. Declara que “Ficava claro que nosso interesse filiava-se àquele proposto por Florestan Fernandes em 1954: contribuir para a formação dos jovens e intervir na estrutura do sistema educacional, em especial no que se refere ao currículo” (MORAES, 2011, p.375). Essas mobilizações e lutas, tiveram contornos nacional; serviram para organizar o espaço para a criação de um projeto de Lei 3.178/97²⁴, pautado pelo Deputado Padre Roque Zimmermann do PT do Paraná (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.165). Esse projeto de lei foi aprovado nas duas casas do Congresso Nacional, mas em 18 de setembro de 2001 o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou, justificando que a aprovação traria ônus para os estados pela falta de professores na época, formados em Sociologia para contratar e tornar a disciplina obrigatória, “Menos de um mês depois, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, veta integralmente” (MORAES, 2011, p. 369).

Essa justificativa da falta de professores com Licenciatura na Ciências Sociais, habilitados para exercer sua profissão na educação é colocada em dúvida pela socióloga Ileizi, em nota de rodapé salienta,

Diga-se de passagem, que o número de inscritos nos últimos concursos para professores de sociologia no Pará, em Santa Catarina e no Paraná podem desmentir esse dado. No caso do Paraná, em 2004, abriram-se 165 vagas para professores com licenciatura em Ciências Sociais para a disciplina Sociologia, e inscreveram-se 844 professores; uma concorrência geral de 5 candidatos por vaga. Em alguns Núcleos de ensino, a concorrência chegou a 20 candidatos por vaga, como é o caso de Londrina/PR (SILVA, 2007, p. 423).

Por ironia do destino, temos um sociólogo que vetou a aprovação da disciplina na educação básica, por motivos controversos e duvidosos. Mais tarde em 2003 outro projeto de Lei do Deputado Federal Ribamar Alves - PSB/MA, irá propor a pauta da inserção da

²⁴ Projeto de Lei 3178/97 Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inclui no currículo do ensino médio a filosofia e sociologia, como disciplinas obrigatórias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19225>>. Acesso em: 14 de dez. 2021.

Sociologia e da Filosofia na educação básica, trata-se do Projeto de Lei 1.641/03²⁵. Será novamente aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional. Após forte pressão dos Sindicato de Sociólogos de São Paulo, foi sancionado em 2008 pelo então presidente em exercício José Alencar, um político empresário e a lei entra em vigor sob o número 11.684/08²⁶, tornando obrigatória as disciplinas de Sociologia e Filosofia nas três séries do ensino médio (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.124).

O desafio que se apresenta no contexto atual é não conhecermos quais são os professores que estão dando aulas de Sociologia no ensino médio, quem são os alunos, e quais são os programas e conteúdos ensinados, especialmente as condições que ocorrem esse ensino. O aluno deve aprender os conteúdos da disciplina, “a Sociologia trata dos problemas da sociedade e a sociedade é formada por nós e pelos outros” (ELIAS, 1980, p 13). No contexto atual que estamos vivenciando, considerando as inovações do ensino médio e a implementação da BNCC, que estão sendo concretizadas nos estados é preciso dialogar com os professores com experiências práticas em sala de aula, salientando a importância da Sociologia no processo educacional.

Quarto Período- Retorno da obrigatoriedade da Sociologia no currículo nacional da Educação Básica (2008-2017)

Com a reintrodução da Sociologia em 2008 e sua chegada nas escolas em 2009, tivemos uma ampliação dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais no Brasil. O que fortaleceu essas iniciativas de 2007-2012, foi o (REUNI) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, “que tinha por objetivo a ampliação do número de campi e de universidades” (JUNGES, 2021, p.11). Essa iniciativa teve: “repercussão na expansão de cursos de Ciências Sociais e Sociologia, assim como no número de vagas, matrículas e concluintes, a partir dos programas de cotas sociais e financiamento público” (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.125). Isso está relacionado com a presença da Sociologia no ensino básico que tem um impacto positivo sobre a oferta do curso de Ciências Sociais, uma iniciativa do governo federal de expansão das Universidades Federais no interior do Brasil e a criação de novos cursos e novas graduações.

²⁵ Projeto de Lei 1641/2003 da inclusão das disciplinas Filosofia e Sociologia como obrigatórias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=127294> Acesso em: 14 de dez. 2021.

²⁶ Lei Nº 11.684, de 2 de junho de 2008 inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111684.htm Acesso em: 14 de dez. 2021.

Segundo artigo de Bodart e Cigales publicado na revista *História, Ciências, Saúde* (2021, p.124), com a ampliação do curso de licenciatura em Ciências Sociais, ocasionou uma expansão da produção acadêmica e o fortalecimento da Sociologia através; “dos grupos de pesquisa, da publicação de artigos científicos, dossiês temáticos, livros-coletâneas, dissertações e teses, e de grupos de trabalhos em eventos científicos”. Esses avanços científicos tornaram a Sociologia um objeto de investigação e pesquisa; existem milhares de estudos que avaliam a trajetória histórica da disciplina no ensino médio, motivado pelo surgimento das Universidades e Programas de Pós-graduação, com inúmeras teses de mestrado e doutorado, além de artigos, monografias de conclusão de especialização. Serviu para mobilizar a educação democrática e impulsionar o ensino da Sociologia escolar nas últimas décadas no país, despertando interesse de vários cientistas sociais de pesquisar a história da disciplina no currículo escolar e suas metodologias de ensino.

Com a aprovação da Lei Federal nº11.684, depois de mais de um século de ausência, presença obrigatória ou optativa da Sociologia no currículo do ensino médio, oficialmente foi aprovado a obrigatoriedade da disciplina em todo o território nacional nos três anos do ensino médio. Surge a ideia de que a disciplina pudesse se tornar sacralizada finalmente na grade curricular, isso na prática não está acontecendo. Sua reintrodução paulatina está diretamente ligada ao artigo 36, inciso III da LDB de 1996, que se refere a Sociologia e a Filosofia, como sendo disciplinas “consideradas necessárias para o exercício da cidadania e de cujo conteúdo o aluno deveria mostrar domínio” (Brasil, 1996, in MEUCCI, p.256, 2015). Diferente da posição que a disciplina ocupava na década de 1930, agora ela não é um projeto voltado para elites.

A Sociologia como disciplina escolar e campo de pesquisa avançou significativamente na década da obrigatoriedade no currículo educacional brasileiro entre 2008 e 2017. Cabe destacar que nesse período de obrigatoriedade várias pesquisas científicas foram realizadas na tentativa de elaborar um currículo comum para o ensino de Sociologia. Segundo Amurabi, em relação à temática abordada nesse artigo salienta: “observamos em período mais recente uma relevância maior da temática da educação básica, particularmente a questão do ensino de sociologia (Oliveira; Silva, 2016)” (OLIVEIRA, 2020, p.22). Essas pesquisas científicas tiveram incentivo, por exemplo, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), nas edições de 2012, 2015 e 2018, tiveram a inclusão dos livros didáticos de Sociologia para o ensino médio.

A proposta da BNCC em relação ao livro didático está causando inseguranças e incertezas, conforme a mudança atual não teremos mais livros por disciplinas, mas obras de

área de conhecimento, englobando todas as disciplinas de cada área, causando um prejuízo de milhões de reais gastos no Programa Nacional do Livro Didático, onde a Sociologia esteve presente a partir de 2010, foram entregues materiais para estudantes das escolas públicas. Na parte das Orientações Curriculares para o ensino médio, em 2006 foi elaborado um documento escrito por três sociólogos, Nelson Tomazi, Elizabeth Guimarães e Amaury César Moraes (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.67). Nesse documento eles procuram fazer alguns apontamentos sobre como a Sociologia poderia ser ensinada a partir de princípios epistemológicos, que eles colocam como estranhamento e desnaturalização. Eles foram convidados pelo Ministério da Educação (MEC), para fazer a revisão da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB/96), e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), fizeram parte das grandes mobilizações da reintrodução da Sociologia, valorizando a importância de conhecimentos sociológicos na educação básica.

Segundo o pesquisador sociólogo Amurabi, relata as dificuldades da Sociologia no currículo; “de modo que a ausência desta se justifica de forma mais incisiva pela falta de tradição da mesma no ensino escolar” (OLIVEIRA, 2013, p.185). Historicamente percebemos que a Sociologia, provavelmente apareceu pela primeira vez em 1881, na Faculdade de Letras como disciplina conhecida como Princípios de Sociologia, era um componente curricular obrigatório. Apesar de ser uma disciplina antiga, existe receios para pensar o currículo com a presença da Sociologia “[...] uma vez que esse tipo de formação claramente não lhe interessa, e sim, a formação estrita para o atendimento imediato aos interesses do mercado de trabalho” (MOURA, 2013, p. 717, apud, LOPES; PEREIRA. 2016, p.210). Apesar dos avanços nas pesquisas, o contexto atual é extremamente difícil e de retrocessos, devido a censuras de grupos considerados conservadores em relação a alguns temas como família, gênero, sexualidade, cultura, religião, classe social, política etc, considerados centrais na elaboração de conteúdos e desenvolvimento da disciplina em sala de aula.

Com esses ataques “Em 2015, foi divulgado um manifesto em defesa da Sociologia no ensino médio, antecipando-se ao contexto reformista que se colocava no horizonte” (CIGALES; BODART, 2020. p. 35). Esse retrocesso na educação teve início com o Projeto Escola sem Partido, Lei nº 7.180/2014²⁷, dificultando os rumos dos conteúdos da Sociologia que depende do bom senso das Secretarias Estaduais de Educação, em relação a manutenção de determinados assuntos na pauta de conteúdos de Sociologia “atribuindo aos valores

²⁷ Escola sem Partido-Projeto de Lei 7180/2014. Erivelton Santana - PSC/BA Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?legais>. Acesso em: 14 de dez. 2021.

familiares a ‘precedência sobre a educação escolar’, sob o argumento de respeito às convicções dos alunos e de suas famílias” (CIGALES; BODART, 2020, p. 132). Na educação básica a Sociologia aborda várias temáticas de diferentes perspectivas teóricas e epistemológicas.

A Escola sem Partido ataca diretamente os livros didáticos e conteúdos curriculares da Sociologia, “caracteriza o professor que ensina a questionar a organização social como um falso educador, um doutrinador (...). O professor não pode abordar nenhum tema que possa ir contra as convicções políticas e religiosas dos alunos ou de seus pais” (COSTA; EVANGELISTA; SOUZA, 2017, p.63). A situação atual é de muitas incertezas e dúvidas sobre a manutenção da Sociologia escolar e seus conteúdos, causando preocupação para professores do ensino básico que ministram a Sociologia, como também a comunidade acadêmica, “Esse novo cenário nos incita a um conjunto de reflexões sobre os rumos do ensino médio no Brasil” (BRUM, 2019, p. 188). Um contexto histórico marcante, segundo os pesquisadores sociólogos, é um cenário de retrocessos e disputas políticas e ideológicas,

Iniciou-se, com o Golpe de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) foi destituída, um forte avanço do pensamento conservador, que tem como um dos pilares os sucessivos ataques à educação e o ensino de Sociologia, entre outros, foi colocado novamente em questão (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.323).

A partir dos anos 2014 vivemos uma crise na questão da escola democrática contemporânea, um exemplo claro dessa situação foi a forma violenta e sem diálogos do Estado, com os estudantes que manifestaram suas indignações por falta de representatividade nas reformas de políticas educacionais, realizaram as ocupações estudantis nas escolas em 2016, que no momento estava sendo implantada por meio de diversos cortes e reformas na área educacional.

Nesses cortes podemos destacar a PEC55²⁸ dos cortes dos gastos que congelou o investimento na educação por 20 anos. Manifestações que eram também contra a reforma de um ensino médio que acabou sendo constituída por Medida Provisória, atacando de forma proposital o projeto de educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade, proposta por Fernando de Azevedo para a educação brasileira. Não tem como negar que esse corte de gastos “que estipula um limite para os investimentos em serviços públicos, incluindo a educação, e pela aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfraquece a

²⁸ Proposta de Emenda Constitucional, transformada em norma jurídica nº 55, de 2016- Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> Acesso em 17 de dez. 2021.

disciplinaridade da Sociologia na educação básica” (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.27). Fato que demonstra a crise que o Brasil se encontra; a educação nunca poderia ser tratada como gastos, mas sim como investimento dos recursos públicos. Jamais devia faltar recursos, para aprimorar os salários dos professores e melhorias na educação básica. Sem o conhecimento e a educação de qualidade aumentará a ignorância trazendo maiores prejuízos para o país.

Em 2014 a então Presidenta Dilma Rousseff destacou a importância de iniciar um debate sobre a reforma do ensino médio, pois era preciso repensar o currículo, pelo fato de existir muitas disciplinas. Nesse caso a Sociologia e a Filosofia, pela trajetória histórica de intermitência e por serem as últimas a serem incluídas no currículo passaram a ser as mais atacadas e fragilizadas. Em setembro de 2016 uma das primeiras Medidas Provisórias tomadas pelo governo Michel Temer, que altera a legislação educacional, proposta em agosto, com a MP 746/16²⁹ da reforma do ensino médio, colocando apenas Português, Matemática e Língua Estrangeira como disciplinas obrigatórias. Em relação a Sociologia e a Filosofia é mencionada apenas como “conteúdos e práticas”, e a terceira versão da lei em 2018, sequer traz a presença de tais disciplinas, nem como “estudos e práticas”.

Quinto Período- Retirada da obrigatoriedade da Sociologia no currículo nacional da Educação Básica (2017-2022)

Em fevereiro de 2017, a MP é aprovada e vira a Lei 13.415/17³⁰, que propôs alterar a LDB no artigo 36, que trata da estrutura do ensino médio, que era de 1996 por meio de uma Base Comum Curricular BNCC, divididas por área de conhecimento em tempo integral, “Devemos ressaltar, porém, que as escolas em tempo integral no Brasil são em maioria privadas e destinadas às famílias de classes médias e altas, haja vista seu alto custo” (FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 44). Percebemos na proposta da reforma educacional atual um retrocesso histórico. Algo semelhante era aplicada na educação nacional em 1980, quando a Sociologia era para poucos; servia para formar a elite, aqueles que frequentavam 6º ano do Ginásio, no ensino secundário.

²⁹ Reformulação ensino médio em Tempo Integral. Medida Provisória n° 746/2016. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/mpv/126992> Acesso em 16 de dez. 2021.

³⁰ Reforma do ensino médio. Lei n° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Retira a obrigatoriedade da Sociologia como componente disciplina no ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm Acesso em 16 de dez. 2021.

A nova proposta da BNCC é dividir o currículo em duas partes; um com conteúdo básico e outro mais flexível. Se observarmos as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Nacionais Curriculares do projeto dos anos 90, já existia essa intenção. A perspectiva é transformar o currículo em algo mais prático que prepara os jovens para o mercado de trabalho, fortalecendo o modelo antigo de educação brasileira, sem espaço para a Sociologia e a Filosofia “a dualidade escola secundária/superior para as elites e a primária/profissional para trabalhadores persiste, apesar de muitos esforços para superá-la” (LOPES; PEREIRA, 2016, p.203). Nesse sentido percebemos a possibilidade de risco para a Sociologia, porque o inciso que garantia a obrigatoriedade de Filosofia e da Sociologia é retirado, a perspectiva é transformar o currículo em algo mais prático, voltado para o mercado de trabalho.

A lei acima citada em seu artigo 35, inciso 8º “I- domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II- conhecimento das formas contemporâneas de linguagem” (BRASIL, 2017). Esses são os grandes objetivos do novo ensino médio; com os itinerários formativos focados na educação integral e nas escolhas dos alunos, favorecendo a autonomia dos estudantes de optar por uma dessas áreas: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, onde está inserida a Sociologia, juntamente com Geografia, História e Filosofia; Linguagem e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; formação técnico e profissional, definidas através do Art. 36 da Lei 13.415/2017.

Algo semelhante ocorreu na reforma educacional em 1971, conhecida como reforma dos militares, que causou um fracasso na educação, com a tentativa de impor uma educação profissionalizante, prejudicando as disciplinas voltadas para o pensamento crítico e o desenvolvimento intelectual. Na abertura do II Congresso Brasileiro de Sociologia, no texto: “A Sociologia como afirmação” pronunciado por Fernandes e republicada pela Revista Brasileira de Sociologia afirma,

Sociologia é o conhecimento crítico dos fenômenos sociais e, sem liberdade, esse conhecimento não prospera. O ano era 1962, mas em 2021, nosso horizonte está marcado pelas sombras do obscurantismo, do reacionarismo político, social e cultural. Os tempos sombrios estão de volta (FERNANDES, 2021, p.261).

Depois de quase uma década de avanços na educação básica nacional, período de 2008-2017, com a obrigatoriedade da disciplina da Sociologia no currículo nacional, o presente momento é de incertezas e ameaças, gerando uma grande indefinição sobre o lugar da

disciplina no contexto da reforma educacional, sua carga horária, em caso de presença, ausência ou opcional, depende de cada estado. Em 2018, várias entidades assinam uma nota Pública³¹, pedindo a revogação da lei da reforma do ensino médio e que a proposta da BNCC seja retirada. São elas: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Sociedade brasileira de Sociologia (SBS), Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) e Associação Nacional e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Esse debate travado até então no âmbito Federal, em 2019, passou para as esferas estaduais, onde os estados são responsáveis por criar e aprovar um novo currículo para o ensino médio, envolvendo a qualidade e a permanência do ensino de Sociologia na educação básica.

A Sociologia é importante no desenvolvimento dos estudantes como cidadãos, para poder fazer as escolhas corretas descobrindo suas funções na sociedade e o papel que eles ocupam. Esse é o objetivo da Sociologia, por esse motivo torna-se fundamental a sua presença no currículo, que atualmente está dividido duas partes. A Sociologia nesse contexto, que é a formação geral básica e os itinerários formativos, “A BNCC do ensino médio ocupará 1.800 horas e 1.200 horas serão para os itinerários formativos, totalizando três mil horas, implantadas progressivamente de acordo com as condições de cada estado” (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.55). A Sociologia entra nas 1800 horas da BNCC, o número de aulas semanais e as séries contempladas dependem de cada estado, os quais irão construir seus currículos escolares.

Para a disciplina de Sociologia são apresentadas algumas reconfigurações em relação à carga horária e até em relação a um modelo, ou seja, em relação a uma oferta disciplinar ou interdisciplinar. A partir de 2019, com a reforma do ensino médio, os colégios passaram a receber livros por áreas de conhecimento; na nova configuração a Sociologia está integrada juntamente com a Filosofia, Geografia e História na área das Ciências Humanas Sociais e Aplicadas. A formação do cientista social dentro das áreas humanas é interdisciplinar, não tem formação só em Sociologia, mas também em Antropologia e Ciência Política, por isso a luta para legitimar a disciplina nesse contexto de reformas e incertezas é importante para a formação dos jovens no Ensino Básico. A Ciências Sociais tem como objetivo o diálogo entre as áreas: Ciência Política, Antropologia e a Sociologia, fato esse que leva o professor de

³¹ Nota pública pela revogação da lei da reforma do ensino médio. Nº. 13415/2017 e retirada da proposta de BNCC apresentada em abril de 2018. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/1900c>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

Sociologia a ter vantagem em ensinar os projetos integradores nas escolas, os projetos de vida e a nova configuração curricular. A questão principal é sobre qual o lugar da Sociologia na reforma do ensino médio? Essa pergunta surge porque estamos no contexto de reforma, gerando inquietações, não sabemos se a disciplina de Sociologia vai permanecer na grade curricular, se ela reduz sua carga horária ou se ela se amplia.

Essas mudanças estão causando incertezas, devido as propostas inovadoras na formação dividindo por áreas, valorizando a ideia de habilidades e competências destoando da forma como os professores são formados que é através de disciplinas,

agrupados em áreas: Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tomando como princípio organizador das áreas uma lista de competências e habilidades para cada área, que depois é redistribuída entre os componentes curriculares. (BRUMETTA; BODART; CIGALES, 2020, p.323).

Com o novo ensino médio e a BNCC, surgiram as competências e habilidades que precisam ser desenvolvidas na educação, uma perspectiva de educação individual, prejudicando a construção social e coletiva do conhecimento que é uma das finalidades da Sociologia. Giddens em seu livro a Sociologia define o objeto de estudo da disciplina; “A Sociologia é o estudo da vida social humana, grupos e sociedades” (2008, p.18). A BNCC ainda está em debates, o ensino de Sociologia não faz mais parte como componente curricular obrigatório, está definida como estudos e práticas de Sociologia, integrada com a ideia de notório saber, seus conteúdos podem ser transmitidos através da interdisciplinaridade.

Atualmente os estados estão em processo de estudos e implementação da nova reforma; os debates da construção do currículo estadual estão em andamento. Nesse atual contexto os estados estão reorganizando os seus currículos, analisando a forma como implementar as propostas da BNCC, “A própria iniciativa de construção da BNCC parte de um diagnóstico crítico sobre a educação brasileira e baseia-se na ‘necessidade de mudanças’ no ensino do país” MICHETTI, 2020, p.12). Neste contexto de reformas a Sociologia poderá estar presente de forma obrigatória talvez optativa com a carga horária reduzida ou ampliada ou ausente, dependendo da elaboração dos currículos de cada estado.

Uma temática de extrema importância para o ensino de Sociologia, está relacionada aos possíveis caminhos relacionados ao ensino de Sociologia frente a esse contexto da nova reforma do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular. Pensar sociologicamente nos possibilita destruir mitos, ideias naturalizadas, projetos genocidas e bárbaros e discutir direitos etc. Devido a tal fatores, a Sociologia como disciplina escolar pode contribuir em uma

escola verdadeiramente democrática, segundo o artigo “A reforma do ensino médio e o ensino de Sociologia” de Wallace e Diego,

A ‘desnaturalização’ e o ‘estranhamento’, métodos de observação desta ciência social, permitem aos jovens a interpretação do cotidiano com a consciência de que os fenômenos políticos, econômicos e culturais são fruto de um amplo processo histórico e social (FERREIRA; SANTANA, 2018, p.50).

Ao invés de desnaturalizar e estranhar, o projeto atual é de retrocessos, busca naturalizar e familiarizar um país que não reconhece o outro como portador de direitos, seja em direitos políticos, civis e sociais. Nesse contexto o lema: “Família, Pátria e Deus” é ideal, um projeto lançado pelo presidente Jair Bolsonaro em 2019, para criar um novo partido “Aliança pelo Brasil” que não conseguiu avançar. Isso é inviável em uma situação de perdas de direitos no campo, político, econômico, social e com uma educação dualista, onde os jovens com maiores carências financeiras optaram para uma educação com perspectivas mercadológicas. Especialmente os que deviam ter acesso à educação de qualidade, que favorecesse a compreensão de suas condições sociais, serão privados de disciplinas essenciais, entre as quais está a Sociologia. O interesse da atual reforma é manter esse carácter dualista, prejudicando o principal objetivo do ensino médio, voltados para uma preparação intelectual intermediária e propedêutica para o acesso ao ensino superior, para melhor qualificação técnico e profissional na universidade.

Considerações Finais

A partir desse breve histórico podemos concluir que a Sociologia no ensino básico percorreu uma longa trajetória de intermitência, marcadas por muitas lutas e movimentos pela introdução e permanência da disciplina na educação. Antes de ser ofertada nos cursos de Ciências Sociais, a disciplina estava presente no fim do Império e no começo da República como disciplinas em outros cursos ofertados na época, Faculdade de Letras, Direito, Medicina etc. O primeiro período de 1879-1941 de institucionalização da disciplina, um histórico com pouca tradição, mas não menos importante para o ensino básico da Sociologia brasileira.

O marco inicial histórico são os relatos e os pareceres de Rui Barbosa, na tentativa de reforma educacional nacional, entre 1882-1883. Nesse período tivemos as reformas Benjamin Constant em 1890; reforma Epiácio Pessoa em 1901; reforma Rocha Vaz em 1925; reforma Francisco Campos em 1931; nessas duas últimas reformas a Sociologia era obrigatória no 6º

ano do ensino secundário. Nesse período as contribuições de Fernando de Azevedo foram importantes para a Sociologia, auxiliou na criação do primeiro curso de Ciências Sociais no Brasil, realizou importantes diálogos com a Associação Internacional de Sociologia criada em 1949.

O segundo período que ajuda na compressão da trajetória intermitente da disciplina no currículo é de 1942-1981, período que abrange a Ditadura Militar. A reforma Capanema de 1942 é um marco histórico, voltada para uma educação profissionalizante, retira a obrigatoriedade da Sociologia no currículo nacional. Nesse segundo período é criada a primeira Lei de Diretrizes de Base da educação nacional, em 1961 logo depois em 1968 ocorreu a Reforma Universitária, em 1971 a reforma Jarbas Passarinho; mesmo ano da segunda Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional. Esse período ficou marcado pela retirada obrigatória da Sociologia do currículo nacional, mas estava presente de forma opcional nos estados, nas disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), em vários cursos, principalmente o Direito.

O terceiro período é sobre a reinserção gradativa da Sociologia no ensino médio de 1982-2007, incluída como disciplina optativa por decisão da Escola ou por decisões dos estados. Nesse contexto de redemocratização e fortalecimento dos movimentos sociais que está localizada a mobilização sindical e acadêmica que lutaram por uma escola pública e gratuita. A reintrodução da disciplina começou a partir de 1982, o processo da volta iniciou a partir da nova LDB 9.394/96, quando a disciplina é citada junto com a Filosofia como importantes para a formação da cidadania. A LDB abriu espaço para debate sobre a importância dos conteúdos sociológicos na escola e a presença do sociólogo na educação. Período de muita luta, unindo sindicatos e academia pela obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio; como uma disciplina relevante para a formação do estudante nessa etapa do ensino. Surgem dois projetos de leis dos Deputados Federais, Roque Zimmermann, aprovado nas duas casas do Congresso Nacional e vetado logo em seguida pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso em 2003; e também do Deputado Federal Ribamar Alves, o qual apresenta outro projeto de lei defendendo a Sociologia e a Filosofia no ensino básico brasileiro, também aprovado pelos deputados federais e senadores e sancionado pelo Vice-presidente José Alencar em 2008, tornando as disciplinas obrigatórias em todo o território nacional.

Quarto período de 2008 até 2017, é o mais marcante e recente no ensino de Sociologia no Ensino Básico a nível nacional, depois de mais de meio século ela volta de forma obrigatória nos três anos do ensino médio. Em muitos estados a proposta da disciplina estava somente no papel, a lei de 2008 obriga efetivamente a disciplina a ser ofertada, por essa razão

esteve presente em todo o território nacional, a partir de 2009, até chegarmos à reforma mais recente do ensino médio de 2017. Nesse período merece destaque o Movimento Escola sem Partido, de 2004, com objetivo de combater a doutrinação ideológica e política nos conteúdos transmitidos em sala de aula. Outro fato que merece destaque é a Medida Provisória de 2016, que congelou os gastos nos investimentos na educação por 20 anos.

O quinto e último período é o recente, a partir de 2017-2021, considerada como marcante na retirada da obrigatoriedade da Sociologia no currículo nacional da educação básica, ficando como obrigatórias no currículo nacional somente Matemática, Português e Língua Estrangeira. O contexto atual é de incertezas, mas precisando de uma reforma no ensino médio, os estados estão em estudos e realizando experiências para implementações do novo ensino médio, baseado nas propostas da Base Nacional Comum Curricular. Cada estado está reformulando e implantando seu currículo. Na Prática a LDB não garantia a presença da disciplina de Sociologia na escola, apontando seus conteúdos como temáticas transversais, como ficou definido mais tarde pelos Parâmetros Curriculares Estaduais em 1999.

Desde o século passado, a partir de 1890, com a primeira LDB de 1971, na sequência as outras que surgem tratam da importância de definir uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC); com a justificativa de todos ter um conhecimento completo, para que os indivíduos possam participar da vida pública e ter acesso aos direitos e a igualdade. Essa luta pela legitimidade, diante de um contexto histórico da trajetória intermitente da Sociologia, no ensino básico atualmente é fundamental, percebemos o campo reacionário muito mais forte, pelo fato da disparidade de espaços de discussões entre grupos sociais que têm ideias e projetos diferentes.

O problema tem suas raízes na forma da organização da nossa sociedade. Envolve questões políticas, econômicas e sociais, relacionadas entre o capital e o trabalho. Dificilmente a dualidade que existe na educação no Brasil, desde 1970, que favorece a elite intelectual em detrimento dos menos favorecidos, será rompida nessa nova implementação do ensino médio, na qual as dificuldades foram reconhecidas apenas na ordem pedagógica. Além de existir o favorecimento apenas para as áreas de linguagem, Português e Língua Estrangeira e das ciências exatas, no caso da Matemática, tornando-se obrigatórias para o novo ensino médio. A Sociologia, Filosofia, Educação Física e a Arte, aparecem como estudos e práticas, abrindo a possibilidade de ser aplicadas de diversas formas: por meio de projetos; temas transversais, itinerários formativos paralelos etc.

O itinerário em relação a formação técnica e profissional, possibilitará ao jovem entrar para o mercado de trabalho, sem a conclusão de sua formação no ensino básico.

Provavelmente em um contexto que estatisticamente são mais de uma dezena de milhões de jovens que não trabalham nem estudam, a formação técnica e profissional, será um objeto de grande procura, por conta das necessidades econômicas dos jovens. Nos discursos do novo ensino médio a ideia é combater a falta de acesso, repetências e evasão escolar nessa etapa de formação; provavelmente na prática essa realidade será agravada, sem uma melhor qualificação dos professores e investimentos na área de educação.

A forma como foi imposta a reforma do novo ensino médio, alinhada na BNCC e incorporada pela LDB/96, tende a aprofundar as dificuldades de acesso e da permanência dos jovens na educação básica e fortalece o sistema desigual. Essa questão não se resolve apenas com a reforma pedagógica, alterando currículos; é preciso uma mudança estrutural nas questões econômicas, políticas e sociais, o que demanda um investimento maior para professores e para as escolas. Esse é o caminho para superar as dificuldades, os dilemas e a dualidade na educação brasileira.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, B. M. **Florestan Fernandes e o Ensino Escolar da Sociologia**. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Educação. UFF. Niterói 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.02/5044>. Acesso em: 18 dez. 2021.

BODART, das N. C.; CIGALES, M. P. **O ensino de sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, RJ, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/LQdm3DtgrTFYdpxXNV5d6B/?lang=pt>>. Acesso em: 30 de nov. 2021.

BODART, C. das N. **7 erros/imprecisões comuns quando se fala/escreve sobre história do ensino de Sociologia**. Blog Café com Sociologia. fev. 2022. Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/>> Acesso em: 16 de fev. 2022.

BRUM, K. C. **Os 10 anos da Sociologia no ensino médio no Brasil: considerações sobre a formação de professores de Ciências Sociais na UFSM**. Política & Sociedade – Florianópolis. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2019v18n41p187/40911>>. Acesso em: 22 de jan. 2022.

BRUMETTA, A. A.; BODART, das N. C.; CIGALES, P. Ma. **Dicionário do Ensino de Sociologia**, 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/43825857/Dicion%C3%A1rio_do_Ensino_de_Sociologia>. Acesso em: 01 de dez. 2021.

CARVALHO, X.G L. **Sociologia no ensino médio: Mudanças profundas na educação**. Revista filosofia. 2008. Disponível em: <<https://natal.uern.br/periodicosphp/RTF/1544/1481>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

CIGALES, M. **A Sociologia Católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares**. Tese de doutorado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215065>>. Acesso em: 28 de nov. 2021.

- CIGALES, M.; BODART, C. das N. **Pensar a Educação em Revista: Dossiê O ensino de Sociologia no Brasil.** Florianópolis/Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/42912042/Dossi%C3%AA_O_ensino_de_Sociologia_no_Brasil>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- CIGALES, M.; ENGERROFF, A. M. **A constituição da Sociologia no Brasil e o Direito: a formação dos intelectuais.** Revista Urutágua- UEM. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/download/36651/19365/0>>. Acesso em: 25 de jan. 2022.
- COSTA, G. L. P.; EVANGELISTA, J. L.; SOUZA, K. C. A. **Uma Análise dos Fundamentos da Escola Sem Partido em Relação ao Currículo de Sociologia do Ensino Médio.** Revista Inter-Legere, Natal, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrr.br/interlegere/article/12466/8854>>. Acesso em: 03 dez. 2021.
- ELIAS, N. **Introdução a Sociologia.** Lisboa: Edições 70, 1980. Disponível em: <<https://www.academia.edu/5524631/a>>. Acesso em: 03 jan. 2022.
- FERNANDES, F. **A sociologia como afirmação.** Revista Brasileira de Sociologia. RBS, Vol. 09, 2021. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.818>. Acesso em: 18 dez. 2021.
- FERREIRA, W.; SANTANA, C. D. **A reforma do ensino médio e o ensino de Sociologia.** Perspectiva Sociológica, Revista Perspectiva Sociológica. 2018. Disponível em: <<https://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/1740>>. Acesso em: 03 dez. 2021.
- GIDDENS, A. **Sociologia.** Lisboa: Polity Press e Blackwell Publishers Ltd, 2008. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3114970/f>>. Acesso em: 03 dez. 2021.
- GUELFY, P. W. **A Sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro: 1925-1942,** Dissertação de Pós-Graduação em Educação. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2001. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68403>>. Acesso em: 03 dez. 2021.
- JUNGES, B.S. M. **Ciências Sociais: Apontamentos sobre trabalho e profissionalização no ensino superior na Universidade Federal de Santa Maria.** Dissertação de TCC. Licenciatura em Ciências Sociais, SM. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/20354y>>. Acesso em: 02 dez. 2021.
- LEITE, K. C.; MARTINS, M. F.; CORROCHANO, M. C.; SILVA, C. M.. **Sociologia no Ensino Médio: institucionalização da disciplina e produção científica sobre o tema.** Educação, Porto Alegre, 2018. Disponível em: < <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index/article/view/25548>>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- LIEDKE, F.D. E. **A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios.** Dossiê Sociologias. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/soc/Ophh5JbW9KvWG?formatdpt>>. Acesso em: 09 dez. 2021.
- LOPES, E. Roseli. PEREIRA, P. Beatriz. **Por que ir à Escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 1, jan./mar. 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/edreal/a/4Wjh6HbfcJWnFcWgkRrvYS/langpt>>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- MACHADO, C. de S. **O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar.** In: Revista da Faculdade de Educação. 1987. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33382/36120>>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- MEUCCI, S. **Entrevista realizada por Cristiano das Neves Bodart.** Revista Café com Sociologia. 2013. Disponível em: <<http://revistacafecomsociologia.com/index.php/article/52>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MEUCCI, S. **Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na Escola Normal de Pernambuco – 1929-1930.** Cronos, Natal-RN, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1850>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MEUCCI, S. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas-SP: UNICAMP, 2000. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/sociologia/dissertacoes/meucci.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2021.

MEUCCI, S. **Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente.** Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.02/5044>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MICHETTI, M. **Entre a legitimação e a crítica: às disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular.** Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/7NZC9VwjKWZKMv4SPQmTXPJ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

MORAES, A. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade.** Cadernos CEDES, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

MORAES, A. **Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato.** Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, SP, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12391/14168>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

OLIVEIRA, A. **Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica.** Acta Scientiarum. Education, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3033/303328749005.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

OLIVEIRA, A. **Em que a Sociologia pode contribuir para a Educação Profissional e Tecnológica?** Holos, IFRN, 2013a. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/index.php/734>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

OLIVEIRA, A.; MELCHIORETTO, B. **O ensino de Sociologia como tema de pesquisa nas ciências sociais brasileiras.** BIB, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://anpocs.com/images/BIB/n91/BIB_0009102_05-02_amurabi.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2021.

RÊSES, S. E. **E com a palavra: os alunos.** Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13066/1/2004_ErlandodaSilvaReses.pdf> Acesso em: 03 dez. 2021.

SACRISTÁN, J.G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: ArtMed, 2000. Disponível em: <<https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/132531452.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SANTOS, M. dos B. **A Sociologia no Ensino Médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal.** Dissertação Mestrado em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/bitstream/76/2002.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SILVA, I. F. **A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais epistemológicos para a consolidação da disciplina.** Cronos, Natal-RN, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/1844/pdf_60/>. Acesso em: 06 jun. 2020.